

## **SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT - Subvenção Econômica à Inovação - 01/2012**

Tema: TECNOLOGIA ASSISTIVA

### **1. OBJETIVO**

Esta Seleção Pública visa a concessão de recursos não reembolsáveis de Subvenção Econômica diretamente a empresas brasileiras para o desenvolvimento de produtos inovadores, específicos para o treinamento e/ou a prática de esportes paralímpicos, que envolvam risco tecnológico associado a oportunidades de mercado, a fim de promover a inclusão social das pessoas com deficiência.

Serão apoiados projetos que se refiram exclusivamente às modalidades definidas a seguir: atletismo; basquetebol em cadeira de rodas; bocha; ciclismo; esgrima em cadeira de rodas; futebol de cinco; futebol de sete; goalball; halterofilismo; hipismo; judô; natação; remo; rugby em cadeira de rodas; tênis de mesa; tênis em cadeiras de rodas; tiro com arco; tiro esportivo; vela; e voleibol sentado.

### **2. RECURSOS FINANCEIROS A SEREM CONCEDIDOS**

No âmbito desta Seleção Pública serão comprometidos recursos não reembolsáveis do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT até o limite de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

### **3. QUEM PODE PARTICIPAR**

São elegíveis empresas brasileiras de qualquer porte, individualmente ou em associação com outra(s) empresa(s) brasileira(s), sendo que todas deverão atender às seguintes condições:

- a) Ter realizado o registro na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas (RCPJ) de sua jurisdição até 31/12/2008.
- b) Ter efetuado alguma atividade operacional nos anos de 2009, 2010 e 2011.
- c) Ter objeto social, na data de divulgação do presente Edital, que contemple atividade operacional relacionada com o tema da proposta.

A beneficiária proponente deverá ser a principal responsável pelo desenvolvimento do produto inovador, conforme o objetivo do Edital. No caso de associação de empresas, a(s) beneficiária(s) coexecutora(s) deverá(ão) ter participação efetiva na execução do projeto, desenvolvendo soluções tecnológicas sob a coordenação da beneficiária proponente.

### **4. CARACTERÍSTICAS DA PROPOSTA**

Cada empresa poderá integrar apenas uma proposta, independentemente de figurar individualmente ou em associação na proposta.

As beneficiárias proponente e coexecutoras deverão realizar as principais atividades do projeto no território nacional.

A proposta deverá apresentar claramente o produto inovador a ser desenvolvido. Para este fim, as atividades a serem custeadas com recursos solicitados à FINEP/FNDCT e de contrapartida deverão estar claramente identificadas e especificadas.

A proposta deverá apresentar objetivamente suas referências metodológicas, indicadores e mecanismos de certificação dos produtos inovadores a serem desenvolvidos, levando em consideração a integração dos aspectos sociais, ambientais e econômicos.

O valor total da proposta consiste no somatório do valor solicitado à FINEP/FNDCT com o valor da contrapartida a ser aportada pelas beneficiárias. A FINEP somente considerará a execução financeira de contrapartida e de recursos do FNDCT como gastos do projeto a partir da data da assinatura do contrato.

## **4.1. Valor solicitado à FINEP/FNDCT**

### **4.1.1. Valores limites**

O valor solicitado à FINEP/FNDCT na proposta deverá, obrigatoriamente, enquadrar-se entre o mínimo de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) e o máximo de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

A soma do valor solicitado à FINEP/FNDCT na proposta, somados aos valores já concedidos pela FINEP à empresa beneficiária proponente em editais anteriores de Subvenção Econômica à Inovação Nacional, não poderá exceder ao maior dos seguintes valores:

- Faturamento bruto da beneficiária proponente no ano de 2011;
- Capital social da beneficiária proponente.

Para os fins do acima disposto, entende-se por “valores já concedidos” aqueles projetos aprovados pela FINEP por força de editais anteriores de Subvenção Econômica à Inovação Nacional, que se encontram em fase de contratação ou devidamente contratados (excetuam-se os contratos com prazo de execução encerrado e com atestado de adimplência da FINEP).

As propostas que não observarem esses limites quanto ao valor solicitado à FINEP/FNDCT serão eliminadas da Seleção Pública.

### **4.1.2. Itens financiáveis**

O valor solicitado à FINEP/FNDCT, no âmbito deste Edital, poderá contemplar apenas despesas de custeio destinadas exclusivamente para execução de atividades do projeto, tais como:

- desenvolvimento ou aprimoramento de novos produtos;
- avaliação de desempenho, incluindo inspeção, ensaios, testes de conformidade e certificações;
- patenteamento de produtos desenvolvidos no projeto;
- pagamento de pessoal próprio (com vínculo trabalhista de acordo com as regras da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT) alocado em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I);
- aquisição de matérias-primas;

Estas atividades podem ser custeadas por meio dos seguintes elementos de despesa:

- vencimentos e obrigações patronais;
- serviços de terceiros - pessoas físicas ou jurídicas (para execução de serviços específicos necessários à execução do projeto);
- material de consumo;
- diárias (exclusivamente para a equipe executora do projeto);

- passagens (exclusivamente para a equipe executora do projeto).

#### 4.1.3. Itens não financeiros

Com recursos da FINEP/FNDCT, no âmbito deste Edital, é vedada a realização de despesas de investimento (capital), bem como o pagamento de quaisquer despesas a militar, servidor ou empregado público, integrante do quadro de pessoal da Administração Pública Direta ou Indireta, salvo se permitido por legislação específica.

## 4.2. Valor de contrapartida financeira

A beneficiária proponente poderá solicitar aos programas de crédito da FINEP o financiamento da contrapartida oferecida na proposta. Para mais informações, consultar <http://www.finep.gov.br>.

#### 4.2.1. Valores mínimos

As beneficiárias (individualmente ou em associação) deverão aportar Contrapartida Mínima (CM) de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Caso o Valor Solicitado à FINEP/FNDCT (VS) exceda R\$ 700.000,00, deverá ser aportada Contrapartida Adicional ( $\Delta$ ) à Contrapartida Mínima, calculada como percentual (P) do valor excedido, conforme tabela abaixo:

CLASSIFICAÇÃO POR PORTE	FATURAMENTO BRUTO EM 2011	PERCENTUAL DE CONTRAPARTIDA SOBRE VALOR EXCEDIDO (P)
Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	Até R\$ 3.600.000,00 (*)	zero
Pequena Empresa	De R\$ 3.600.000,01 a R\$ 16.000.000,00	10%
Média Empresa	De R\$ 16.000.000,01 a R\$ 90.000.000,00	20%
Média-grande Empresa	De R\$ 90.000.000,01 a R\$ 300.000.000,00	30%
Grande Empresa	Acima de R\$ 300.000.000,00	40%

(\*) com base na Lei Complementar Nº 139/2011, de 10/11/2011, cuja classificação acima de microempresa e empresa de pequeno porte teve efeito a partir de 1º de janeiro de 2012.

Desta forma, o Valor da Contrapartida (VC) exigida será:

$$VC = CM + \Delta,$$

sendo

$$\Delta = P \times (VS - R\$ 700.000,00).$$

Em caso de associação de empresas na mesma proposta, deve ser considerado o faturamento da beneficiária proponente em 2011 para fins de enquadramento do porte, conforme quadro acima. O valor da contrapartida financeira, neste caso, será constituído pela soma dos aportes oferecidos pelas beneficiárias (proponente e coexecutoras).

#### 4.2.2. Itens de contrapartida

No âmbito deste Edital, o valor de contrapartida financeira poderá ser composto por despesas de custeio e de investimento (capital) associadas à execução de atividades do projeto.

As despesas de custeio de contrapartida podem compreender as seguintes atividades, além daquelas detalhadas no item 4.1.2:

- prospecção e estudos de mercado para o produto a ser desenvolvido;
- seleção e capacitação de fornecedores de insumos e matérias-primas necessários ao projeto;
- comercialização pioneira do produto no mercado;
- participação em eventos relacionados ao tema do projeto;
- gestão do projeto (despesas administrativas) limitadas a 5% do valor total do projeto;
- participação efetiva dos sócios no desenvolvimento do projeto (pró-labore).

As despesas de investimento (capital) de contrapartida podem compreender as seguintes atividades:

- reformas em geral, que sejam necessárias para o desenvolvimento do projeto;
- aquisição de equipamentos e instalações de caráter permanente, que sejam necessárias para o desenvolvimento do projeto.

#### 4.3. Prazo de execução

O prazo de execução do projeto deverá ser de até 24 meses.

#### 4.4. Coordenador técnico e profissionais da equipe executora

O coordenador do projeto deve ter competência e experiência técnica relacionada ao tema da proposta e vínculo com a beneficiária proponente (participação como sócio ou empregado com vínculo trabalhista, de acordo com as regras da CLT).

Os demais profissionais da equipe executora do projeto envolvidos no desenvolvimento do produto inovador também devem ter competência e experiência técnica relacionadas ao tema da proposta e, preferencialmente, vínculo com a beneficiária proponente ou coexecutoras (participação como sócios ou empregados com vínculo trabalhista, de acordo com as regras da CLT).

### 5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta deverá ser enviada à FINEP através da Internet, até a data e horário limites estabelecidos no item 10, por meio do Formulário de Apresentação de Propostas - FAP específico para esta Seleção Pública, disponível no Portal da FINEP no endereço [www.finep.gov.br](http://www.finep.gov.br).

O preenchimento deverá ser realizado de acordo com as instruções contidas no Manual que acompanha o Formulário.

É obrigatório o envio à FINEP até a data limite indicada no item 10, da seguinte documentação:

- Carta de Apresentação de Proposta, conforme modelo do Anexo 1;
- Cópia do FAP impresso em papel A4, igual à versão enviada pela Internet;
- Volumes 1, 2 e 3, dispostos conforme orientação do Anexo 2.

Os documentos anexados à Carta de Apresentação da Proposta devem ser dispostos em envelopes plásticos transparentes (um envelope plástico para cada volume) sem nenhum tipo de encadernação ou grampeamento.

Todos os documentos deverão ser inseridos em envelope único lacrado, no qual devem estar claramente indicados o número de identificação da proposta (Protocolo SBV emitido no momento do envio eletrônico do FAP) e a razão social da beneficiária proponente. O envelope deverá ser postado ou entregue diretamente na FINEP, no endereço indicado a seguir:

SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT - Subvenção Econômica à  
Inovação - 01/2012

Tema: TECNOLOGIA ASSISTIVA  
Protocolo SBV: [xxx]

**FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos**  
Praia do Flamengo, 200/3º andar - Protocolo  
22.210-065 - Rio de Janeiro - RJ

A proposta que não atender a estes procedimentos será eliminada da Seleção Pública.

Caso uma mesma proposta apresente mais de um envelope, será considerado aquele que apresentar a data mais recente do carimbo de postagem ou do protocolo da FINEP, se entregue diretamente.

## 6. SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

O processo de seleção das propostas será realizado em duas etapas, descritas a seguir:

- Etapa 1: Habilitação das Propostas
- Etapa 2: Avaliação das Propostas

### 6.1. Etapa 1 - Habilitação das Propostas

Esta etapa é eliminatória e consiste na verificação formal da proposta quanto à conformidade ao objetivo e ao tema e ao atendimento dos requisitos obrigatórios da Seleção Pública, conforme segue:

Requisitos de Habilitação	
1	Conformidade ao objetivo (item 1 do Edital)
2	Elegibilidade das instituições (item 3 do Edital)
3	Atendimento aos valores limites solicitados à FINEP/FNDCT (item 4.1.1)
4	Atendimento aos valores mínimos de contrapartida (item 4.2.1)
5	Atendimento ao prazo máximo de execução (item 4.3)
6	Envio eletrônico do FAP pela internet (conforme item 5) até a data limite (item 10)
7	Envio dos documentos impressos, devidamente preenchidos e assinados (conforme item 5) até a data limite (item 10)

As propostas não eliminadas na Etapa 1 serão submetidas à Etapa 2 - Avaliação das Propostas.

## 6.2. Etapa 2 - Avaliação das Propostas

Esta etapa é de caráter eliminatório e classificatório e será realizada por um Comitê de Avaliação formado por analistas da FINEP, podendo ser subsidiado por consultores externos, segundo os seguintes critérios:

Critérios de Avaliação		Peso
1	Relevância do produto para o esporte paralímpico.	4
2	Grau de inovação do produto em relação a soluções já existentes.	4
3	Grau do risco tecnológico envolvido no desenvolvimento do produto.	3
4	Viabilidade de execução do projeto (adequação da metodologia, cronograma físico e orçamento).	3
5	Qualificação e dimensionamento da equipe executora própria das beneficiárias (proponente e coexecutoras) para execução das atividades propostas.	2
6	Aderência do produto em relação à estratégia da empresa.	1

Todos os critérios do quadro acima serão pontuados com nota de 0 a 10.

Serão eliminadas as propostas que não atenderem às seguintes condições:

- obtenção de nota igual ou superior a 5,0 (cinco) em cada um dos critérios de avaliação;
- obtenção de média ponderada igual ou superior a 7,0 (sete), considerando-se a totalidade dos critérios.

As beneficiárias proponentes deverão também realizar uma defesa oral de suas propostas. O local, data e hora da defesa oral serão informados pela FINEP para o endereço eletrônico da beneficiária proponente declarado no FAP. Para a defesa oral será admitida a participação de no máximo duas pessoas, as quais deverão integrar obrigatoriamente o quadro de sócios ou de funcionários das beneficiárias (contratados sob o regime da CLT). No caso de associação de empresas, pelo menos um dos representantes deverá integrar obrigatoriamente a equipe própria da beneficiária proponente.

A defesa oral tem como objetivo complementar as informações apresentadas no FAP e dirimir eventuais dúvidas sobre a proposta, o arranjo institucional (beneficiárias proponente e coexecutoras), e verificar o grau de conhecimento dos representantes das empresas sobre a proposta, trazendo subsídios para o processo de avaliação.

Serão eliminadas as propostas cujos representantes das empresas não compareçam no local, data e hora estabelecidos para sua defesa oral, bem como aquelas em cuja defesa a empresa não demonstre o conhecimento necessário ao desenvolvimento da proposta.

As propostas que alcançarem média ponderada igual ou superior a 7,0 (sete) serão ranqueadas em ordem decrescente de notas e submetidas à análise detalhada quanto aos seguintes aspectos:

- Técnicos, incluindo verificação do orçamento (solicitado à FINEP/FNDCT e de contrapartida), conforme previsto nos itens 4.1 e 4.2 do Edital e com base nos documentos apresentados no Volume 1/Anexo 1;
- Jurídicos, incluindo verificação da elegibilidade das beneficiárias, conforme item 3 do Edital e com base nos documentos apresentados no Volume 2/Anexo 1;
- Contábeis e financeiros, compreendendo análise econômico-financeira das beneficiárias (proponente e coexecutoras) e com base nos documentos apresentados no Volume 3/Anexo 1.



Serão eliminadas as propostas que apresentarem impeditivos à aprovação quanto a estas dimensões de análise.

Caso algum dos aspectos analisados nesta etapa não atenda às disposições gerais da Seleção Pública ou da legislação vigente, ainda que tenha sido objeto de análise e recomendação na etapa anterior, a proposta será eliminada.

As propostas não eliminadas na Etapa 2 serão classificadas, por tema, em ordem decrescente de notas até o limite de recursos alocados, conforme item 2, e submetidas para deliberação da Diretoria Executiva da FINEP.

## 7. DELIBERAÇÃO

As propostas classificadas na forma do item 6 serão submetidas à apreciação da Diretoria Executiva da FINEP para decisão final.

Caso haja uma maior disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros do Governo Federal, outras propostas qualificadas na Etapa 2 deste Edital poderão ser apoiadas.

## 8. RESULTADOS

Os resultados de cada etapa serão divulgados no Portal da FINEP na Internet e caberá às beneficiárias interessadas a sua verificação para atendimento dos prazos estabelecidos neste Edital.

Após a divulgação, cada beneficiária proponente terá acesso eletrônico individual ao seu resultado, mediante senha pessoal a ser fornecida pela FINEP via correio eletrônico ao responsável pelo envio da proposta no momento de sua apresentação por meio do FAP.

O resultado final será divulgado no Portal da FINEP na Internet e no Diário Oficial da União.

## 9. RECURSO

Após a divulgação do resultado de cada etapa, eventual recurso poderá ser apresentado por carta à FINEP. O prazo para postagem do recurso, ou para protocolo, se entregue diretamente na FINEP, é de até 10 (dez) dias corridos a contar da data de divulgação do resultado de cada etapa no Portal da FINEP.

O recurso deverá obedecer aos requisitos dos artigos 58, inciso I, e 60, da Lei nº 9.784/1999. No texto do pedido de recurso, não serão aceitas informações adicionais de qualquer natureza que modifiquem a proposta original, nem o envio de documentos complementares àqueles originalmente encaminhados.

## 10. CRONOGRAMA

Fase	Data	Responsável
Lançamento da Seleção Pública no Portal da FINEP na internet	29/11/2012	FINEP
Apresentação da proposta		
Disponibilização do formulário eletrônico (Formulário de Apresentação de Propostas - FAP)	14/12/2012	FINEP
Término do prazo para envio eletrônico do FAP (até às 17h00 - horário de Brasília)	4/2/2013	BENEFICIÁRIA PROPONENTE

Fase	Data	Responsável
Término do prazo para postagem dos documentos ou entrega direta na FINEP	6/2/2013	BENEFICIÁRIA PROPONENTE
<b>Etapa 1 - Habilitação das Propostas</b>		
Divulgação do resultado preliminar da Etapa 1	26/3/2013	FINEP
Término do prazo para postagem ou entrega direta na FINEP de recursos à Etapa 1	5/4/2013	BENEFICIÁRIA PROPONENTE
Divulgação do resultado final da Etapa 1	15/5/2013	FINEP
<b>Etapa 2 - Avaliação das Propostas</b>		
Divulgação do resultado preliminar da Etapa 2	16/7/2013	FINEP
Término do prazo para postagem ou entrega direta na FINEP de recursos à Etapa 2	26/7/2013	BENEFICIÁRIA PROPONENTE
<b>Resultado Final</b>		
Divulgação do resultado final da Seleção Pública no Portal da FINEP na internet	29/8/2013	FINEP

## 11. VISITA TÉCNICA, CONTRATAÇÃO E LIBERAÇÃO DE RECURSOS

As propostas aprovadas pela Diretoria da FINEP serão objeto de visita técnica, cujo objetivo é conferir nas instalações físicas da beneficiária proponente, e se necessário nas coexecutoras, os dados informados na apresentação da proposta, especialmente no tocante à infraestrutura física e ao funcionamento da própria beneficiária, bem como outras informações relevantes prestadas pela beneficiária proponente no processo seletivo.

Caso fique evidenciado que as informações prestadas no FAP ou na defesa oral não correspondem à realidade ou haja a constatação da existência de outro fator impeditivo para a contratação, a aprovação da proposta poderá ser revogada.

É condição prévia à contratação do projeto a aprovação do Relatório de Visita Técnica pela Diretoria da FINEP e a apresentação dos documentos constantes do Anexo 4.

Caso qualquer das beneficiárias já possua contrato anterior ativo firmado com a FINEP, a nova contratação dependerá da avaliação das operações já contratadas, considerando o cumprimento satisfatório das obrigações da beneficiária.

A FINEP poderá acrescentar condições específicas para cada beneficiária além das condições contratuais gerais constantes do Anexo 5.

A aprovação final da proposta não garante a contratação, que não será realizada nas hipóteses de:

- As beneficiárias proponentes ou seus sócios constarem do cadastro nacional dos condenados por improbidade administrativa.
- As beneficiárias proponentes ou seus sócios estarem inadimplentes com a FINEP ou garantirem contratos em cobrança judicial.
- Ficar demonstrado, mesmo após a aprovação, que o repasse dos recursos à beneficiária proponente não atenderá aos objetivos da subvenção econômica.



- As beneficiárias proponentes não apresentarem regularidade jurídica diante das normas legais e regulamentares para receber financiamento público.
- As beneficiárias (proponente e coexecutoras) deixarem de apresentar quaisquer dos documentos cuja apresentação seja exigida neste Edital ou não comprovarem a sua capacidade para a execução do projeto apoiado.

A liberação de recursos depende da disponibilidade orçamentária e financeira da FINEP/FNDCT.

A alteração ou exclusão de qualquer um dos partícipes da proposta, mesmo após a sua contratação, implicará na revogação do resultado ou rescisão do contrato, tendo em vista a alteração nas condições originais de participação na Seleção Pública.

## 12. BASE LEGAL

Lei nº 10.973/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563/2005.

## 13. CONCEITOS

- **Beneficiária Coexecutora:** empresa integrante do arranjo institucional da proposta com participação efetiva no desenvolvimento do produto inovador sob a coordenação da beneficiária proponente.
- **Beneficiária Proponente:** empresa responsável pela submissão da proposta à FINEP e que será a principal responsável pelo desenvolvimento do produto inovador.
- **Empresa brasileira:** organização econômica instituída para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, com finalidade lucrativa, constituída sob as leis brasileiras e com sede de sua administração no Brasil.
- **Inovação:** introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços, conforme disposto na Lei nº 10.973, de 02/12/2004, e no Decreto nº 5.563, de 11/10/2005.

## 14. DISPOSIÇÕES GERAIS

Serão eliminadas da Seleção Pública as propostas que estejam em desacordo com quaisquer itens deste Edital.

Ao preencher o Formulário de Apresentação de Proposta - FAP a beneficiária proponente se compromete com a veracidade das informações declaradas.

Os anexos listados a seguir são partes constituintes deste Edital:

- Anexo 1 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
- Anexo 2 - LISTA DE DOCUMENTOS PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
- Anexo 3 - MODELOS DE DECLARAÇÕES
- Anexo 4 - LISTA DE DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO
- Anexo 5 - MINUTA DE CONTRATO - CLÁUSULAS PADRÃO

Dúvidas a respeito do conteúdo da presente Seleção Pública deverão ser dirigidas exclusivamente para o endereço eletrônico [sbv012012@finep.gov.br](mailto:sbv012012@finep.gov.br). A FINEP, a seu critério, poderá divulgar as perguntas formuladas e as respectivas respostas.

Os casos omissos serão dirimidos pela Diretoria Executiva da FINEP.

A Ouvidoria da FINEP pode ser acessada no Portal [www.finep.gov.br/ouvidoria](http://www.finep.gov.br/ouvidoria).

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2012.

---

JOÃO ALBERTO DE NEGRI  
Presidente em Exercício  
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

## **SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT - Subvenção Econômica à Inovação - 01/2012**

### **Anexo 1**

#### **MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**Nº de Identificação da Proposta (Nº SBV):**

**SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT - Subvenção Econômica à Inovação - 01/2012**

**Título da proposta:**

**Beneficiária Proponente:**

**Tema:**

Eu [ **NOME** ], representante legal da [ **BENEFICIÁRIA PROPONENTE**], declaro o envio de envelope único contendo, além desta carta, os volumes de documentos exigidos no Anexo 2 do Edital.

[Local], \_\_\_\_de \_\_\_\_\_ de 2012.

---

[NOME]  
[CARGO]  
[CPF]

## SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT - Subvenção Econômica à Inovação - 01/2012

### Anexo 2

### LISTA DE DOCUMENTOS PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Documentos obrigatórios	Orientação para apresentação da proposta (*)
Carta de Apresentação da Proposta	Conforme modelo do Anexo 1. Assinada pelo representante legal da beneficiária proponente. Deve conter como anexos os documentos abaixo especificados.
Formulário de Apresentação de Proposta - FAP	Cópia do FAP impresso em papel A4, igual à versão enviada pela Internet.
Volume 1	
Resumo Executivo do desenvolvimento do produto proposto (**)	Refere-se à proposta apresentada, limitado a 20 (vinte) páginas, contemplando os tópicos abaixo: <ul style="list-style-type: none"><li>• Avaliação Tecnológica;</li><li>• Análise de Mercado;</li><li>• Estratégia de Negócio.</li></ul>
Volume 2	
Os documentos deste volume aplicam-se às beneficiárias (proponente e coexecutoras)	
Estatuto/Contrato Social	Atualizado e devidamente registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas (RCPJ).
Ato de Designação dos atuais dirigentes	Ata da assembléia que elegeu a Diretoria e/ou administradores, quando a designação não estiver indicada no Estatuto/Contrato Social.
Declaração de Elegibilidade	Conforme respectivos modelos do Anexo 3. Assinadas pelos representantes legais das beneficiárias (proponente e coexecutoras), devidamente qualificados.
Declaração de Contencioso	
Volume 3	
Os documentos deste volume aplicam-se às beneficiárias (proponente e coexecutoras)	
Declaração de Origem de Contrapartida	Conforme respectivo modelo do Anexo 3.
Balanço Patrimonial - BP	Cópia autenticada referente aos três últimos exercícios financeiros (2009, 2010 e 2011) das beneficiárias (proponente e coexecutoras), assinados por contador e pelos representantes legais das beneficiárias (proponente e coexecutoras), devidamente qualificados.
Demonstrativo de Resultados do Exercício - DRE	

(\*) Caso o representante não esteja relacionado no Estatuto/Contrato Social, a beneficiária deverá encaminhar a procuração que confere poderes a este representante para tal ato.

(\*\*) Para orientação sobre o Resumo Executivo do desenvolvimento do produto proposto, consultar o Manual de Preenchimento que acompanha o Formulário de Apresentação de Proposta (FAP).

## **SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT - Subvenção Econômica à Inovação - 01/2012**

### **Anexo 3** **MODELOS DE DECLARAÇÕES**

Este anexo apresenta os seguintes modelos de declarações que devem integrar os Volumes 2 e 3, exigidos neste Edital, e que deverão ser anexados à Carta de Apresentação da Proposta:

- Modelo de declaração de elegibilidade das beneficiárias proponente e coexecutoras;
- Modelo de declaração de contencioso das beneficiárias proponente e coexecutoras;
- Modelo de declaração de origem da contrapartida das beneficiárias proponente e coexecutoras.

**SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT - Subvenção Econômica à  
Inovação - 01/2012**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELEGIBILIDADE DAS BENEFICIÁRIAS  
PROPONENTE E COEXECUTORAS**

[ **BENEFICIÁRIA** ], com sede em [ **ENDEREÇO** ], inscrita no CNPJ sob nº [ **NÚMERO** ], por seu representante legal abaixo qualificado, declara junto à **FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP**, que atende aos seguintes requisitos exigidos no item 3 do Edital:

- a) Ter realizado o registro na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas (RCPJ) de sua jurisdição até 31/12/2008.
- b) Ter efetuado alguma atividade operacional nos anos de 2009, 2010 e 2011.
- c) Ter objeto social, na data de divulgação do presente Edital, que contemple atividade operacional relacionada com o tema da proposta.

[Local], \_\_\_\_de \_\_\_\_\_ de 2012.

---

[NOME]  
[CARGO]  
[CPF]



**SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT - Subvenção Econômica à  
Inovação - 01/2012**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTENCIOSO DAS BENEFICIÁRIAS  
PROPONENTE E COEXECUTORAS**

[ **BENEFICIÁRIA** ], com sede em [ **ENDEREÇO** ], inscrita no CNPJ sob nº [ **NÚMERO** ], por seu representante legal abaixo qualificado, declara junto à **FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP**:

*[Assinalar uma das opções abaixo e preencher o quadro quando couber.]*

( ) **QUE NÃO POSSUI PROCESSOS DE CONTENCIOSO.**

( ) **QUE APRESENTA O SEGUINTE QUADRO RELATIVO AO SEU CONTENCIOSO:**

	<b>PERDA</b>			<b>Valores em R\$</b>
<b>PROCESSOS</b>	<b>PROVÁVEL</b>	<b>POSSÍVEL</b>	<b>REMOTA</b>	<b>PROVISIONADO</b>
<b>CÍVEIS</b>				
<b>FISCAIS / TRIBUTÁRIOS</b>				
<b>TRABALHISTAS / PREVIDENCIÁRIOS</b>				
<b>TOTAL</b>				

[Local], \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

---

[NOME]  
[CARGO]  
[CPF]

## SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT - Subvenção Econômica à Inovação - 01/2012

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ORIGEM DA CONTRAPARTIDA DAS BENEFICIÁRIAS PROPONENTE E COEXECUTORAS

[ **BENEFICIÁRIA** ], com sede em [ **ENDEREÇO** ], inscrita no CNPJ sob nº [ **NÚMERO** ], por seu representante legal abaixo qualificado, declara junto à **FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP**, que apresenta a seguinte origem de recursos para a Contrapartida Financeira do projeto [ **título do projeto** ]:

Origem da Contrapartida:

*[A beneficiária deverá indicar neste quadro a origem dos recursos que apresentará como contrapartida, tais como: recursos próprios; financiamentos junto a instituições financeiras; aporte de capital; etc.]*

Declara, também, estar ciente de que, caso a beneficiária apresente a opção de Aporte de Capital Futuro como origem da contrapartida, a FINEP poderá exigir como condição prévia à contratação e/ou condição prévia às liberações de recursos:

- Para Sociedade Anônima: Ata da Assembleia da alteração do Capital Social junto com o Boletim de Subscrição e Comprovante de Integralização do Capital;
- Para outros tipos de Sociedade: Alteração Contratual registrada na Junta Comercial.

[Local], \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

---

[NOME]  
[CARGO]  
[CPF]

## **SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT - Subvenção Econômica à Inovação - 01/2012**

### **Anexo 4**

#### **LISTA DE DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO**

Os documentos listados abaixo não devem ser encaminhados juntamente com a proposta. Apenas as beneficiárias que tiverem sua proposta aprovada ao final do presente Edital deverão encaminhar os documentos abaixo, na ocasião da efetivação da contratação.

A apresentação dos documentos a seguir listados será considerada condição prévia à contratação, e se refere a todas as beneficiárias proponente e coexecutoras constantes da proposta, as quais assinarão o contrato.

A FINEP poderá vir a solicitar outros documentos que entenda necessários à contratação em tela.

1. Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros.
2. Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
3. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
4. Certidão Negativa da Receita/Dívida Ativa do Estado.
5. Certidão Negativa da Receita/Dívida Ativa do Município.
6. Certidão(ões) do(s) Cartório(s) Distribuidor(es) de Ações Cíveis, Fiscais e Falimentares, emitida pela Justiça Estadual.
7. Certidão de Distribuição de Ações e Execuções Cíveis e Fiscais, emitida pela Justiça Federal.
8. Certidão(ões) emitida(s) pelo(s) Cartório(s) Distribuidor(es) de Feitos da Justiça Trabalhista.
9. Certidão(ões) do(s) Cartório(s) de Protestos.
10. Declaração de Contencioso (ver modelo do Anexo 3), assinada pelos representantes legais da beneficiária, devidamente qualificados. Caso o representante não esteja relacionado no Contrato Social/Estatuto, a beneficiária deverá encaminhar a procuração que confere poderes a este representante para tal ato.
11. Recibo de entrega da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, ano base 2011.
12. Licença Ambiental para o projeto ou para as atividades a serem desenvolvidas no projeto (não será aceito protocolo do pedido de licenciamento). No caso de as atividades do projeto estarem contempladas pela licença ambiental da beneficiária, esta deve ser enviada. Se o projeto não apresentar atividades potencialmente poluidoras, a beneficiária deverá apresentar documento emitido pelo órgão ambiental responsável confirmando esta informação.
13. Apresentar autorizações essenciais para realização do projeto, quando couber (Exemplos: Certificado de Qualidade em Biossegurança; Autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético; Parecer de Comitê de Ética em Pesquisa).

No caso de empresário individual deverá apresentada Certidão Simplificada da Junta Comercial e todos os documentos listados acima, bem como os seguintes documentos relativos à pessoa física que exerce a atividade empresarial (CPF): itens 6, 7, 8 e 9 acima.

**SELEÇÃO PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT - Subvenção Econômica à  
Inovação - 01/2012**

**Anexo 5**

**MINUTA DE CONTRATO - CLÁUSULAS PADRÃO**

***CONTRATO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA***

**(LEI Nº 10.973/2004)**

**SELEÇÃO PÚBLICA – SUBVENÇÃO ECONÔMICA À INOVAÇÃO – 2012**

FINANCIADORA DE ESTUDOS E  
PROJETOS – FINEP INSTRUMENTO  
CONTRATUAL CÓDIGO N.º

--	--	--	--	--	--

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
PARTES**

**FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS**, doravante denominada simplesmente **FINEP**, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com sede em Brasília, Distrito Federal e escritório nesta Cidade, na Praia do Flamengo, n.º 200 - Parte, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.749.086/0001-09, por seus representantes legais ao final qualificados, na qualidade de SECRETARIA EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – FNDCT.

**NOME**, doravante denominada **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**, situada em \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, por seus representantes legais ao final qualificados.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
OBJETO**

Concessão de subvenção econômica pela **FINEP** à **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**, para a execução do Projeto “\_\_\_\_\_”, doravante denominado PROJETO, conforme PLANO DE TRABALHO aprovado pela FINEP.

### CLÁUSULA TERCEIRA AUTORIZAÇÕES

Decisão da Diretoria Executiva da **FINEP** n° \_\_\_\_\_, de \_\_/\_\_/\_\_\_\_, relativa à referência **FINEP** n° \_\_\_\_\_.

### CLÁUSULA QUARTA RECURSOS

**1. VALOR FINEP:** até o valor de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), a ser desembolsado em \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) parcelas, disponíveis para saque nas épocas e valores seguintes:

1ª parcela: **R\$** \_ (\_\_\_\_\_), após a assinatura do presente Contrato;

2ª parcela: **R\$** \_ (\_\_\_\_\_), 180 (cento e oitenta) dias após a liberação da primeira parcela;

3ª parcela: **R\$** \_ (\_\_\_\_\_), 180 (cento e oitenta) dias após a liberação da segunda parcela;

4ª parcela: **R\$** \_ (\_\_\_\_\_), 180 (cento e oitenta) dias após a liberação da terceira parcela.

**2. FONTE:** recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT/SUBVENÇÃO ECONÔMICA.

**3. DISCRIMINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** os recursos financeiros correrão à conta da discriminação orçamentária constante da NOTA DE EMPENHO que integra o presente CONTRATO.

**4. LIBERAÇÃO:** a **FINEP** efetuará a transferência de recursos financeiros conforme Cronograma de Desembolso contido no PLANO DE TRABALHO, respeitadas as suas disponibilidades orçamentárias e financeiras, bem como as condições determinadas pela Diretoria Executiva da **FINEP**.

### CLÁUSULA QUINTA CONDIÇÕES DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS

**1.** Para o desembolso da primeira parcela dos recursos, a **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO** deverá:

- a) indicar a conta-corrente exclusiva para movimentação dos recursos;
- b) apresentar a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, a Certidão conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade do FGTS.

**2.** Para o desembolso das parcelas subsequentes à primeira, a **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO** deverá apresentar à **FINEP**, os seguintes documentos:

- a) demonstrativo das despesas realizadas com os recursos anteriormente desembolsados pela **FINEP**;
- b) demonstrativo da utilização de recursos próprios no valor mínimo de:

- i. R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), para liberação da segunda parcela;
- ii. R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), para liberação da terceira parcela;
- iii. R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), para liberação da quarta parcela.

- c) relatório parcial de andamento das atividades do PROJETO;
- d) apresentar a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, a Certidão conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade do FGTS.

**Parágrafo único.** O desembolso das parcelas está condicionado à aprovação pela **FINEP** dos documentos exigidos nas alíneas 'a' e 'c' deste item.

## CLÁUSULA SEXTA PRAZOS

**1.** O prazo de utilização dos recursos do projeto é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses, contados da data de assinatura deste instrumento, findo o qual as parcelas não utilizadas serão automaticamente canceladas.

**1.1.** O prazo de utilização dos recursos poderá ser prorrogado, a critério da **FINEP**, mediante solicitação prévia da **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**.

**2.** O relatório técnico final e o demonstrativo de despesas realizadas com os recursos desembolsados na última parcela pela **FINEP** deverão ser apresentados em até **60 (sessenta) dias** após o término do prazo de utilização dos recursos e de execução do projeto, quando deverá ser apresentado também o demonstrativo de utilização de recursos de contrapartida no valor de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

## CLÁUSULA SÉTIMA OBRIGAÇÕES

### 1. OBRIGAÇÕES DA FINEP

A **FINEP** se obriga a:

- a) transferir os recursos financeiros e realizar a classificação funcional-programática e econômica das despesas relativas a exercícios futuros, por meio de apostilamento de empenhos ou notas de movimentação de crédito;
- b) formalizar em documento próprio, contendo o registro dos respectivos empenhos ou notas de movimentação de crédito, os recursos financeiros alocados em exercícios futuros, os quais correrão à conta dos orçamentos respectivos;
- c) prorrogar, de ofício, os prazos deste contrato, quando houver atraso no desembolso dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período de tempo correspondente ao do atraso verificado;
- d) analisar e emitir parecer sobre os aspectos técnicos e financeiros das demonstrações financeiras apresentadas pela **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**;



- e) decidir sobre a regularidade ou não da aplicação dos recursos transferidos por este **CONTRATO**.

## **2. OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**

A **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO** se obriga a:

- a) executar o PROJETO objeto deste CONTRATO, estritamente em conformidade com o que foi aprovado pela **FINEP**;
- b) informar à **FINEP** quaisquer alterações que a **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO** pretenda realizar no Projeto, especialmente no que concerne aos itens apoiados pela **FINEP**;
- c) movimentar os recursos de subvenção econômica em **conta bancária exclusiva**, realizando aplicação financeira com os recursos transferidos, enquanto não empregados na sua finalidade, em fundo de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal;
- d) utilizar os recursos desembolsados pela **FINEP**, bem como os rendimentos das aplicações financeiras, exclusivamente na execução do PROJETO;
- e) manter em arquivo exclusivo disponível para a **FINEP**, pelo prazo de cinco anos contados do término do prazo de vigência deste CONTRATO, registros financeiros e contábeis e demonstrativos financeiros referentes aos recursos transferidos por este instrumento, de acordo com as normas estipuladas na legislação em vigor e no presente CONTRATO, adequados para o acompanhamento e avaliação físico-financeira do PROJETO;
- f) comunicar à **FINEP**, previamente à sua realização, as mudanças no quadro societário, na distribuição do capital social e no controle societário, ou qualquer outra alteração em seu ato constitutivo ou por meio de acordo de acionista, hipóteses em que, a critério da **FINEP**, o Contrato poderá ser rescindido, aplicando-se o disposto nas Cláusulas Décima Segunda e Décima Terceira;
- g) restituir à **FINEP**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados a partir da conclusão, rescisão ou extinção deste Contrato, o eventual saldo financeiro remanescente, inclusive o valor atualizado dos rendimentos de aplicação financeira;
- h) restituir à **FINEP**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data de notificação expedida pela **FINEP**, o valor transferido, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data do seu recebimento, quando:
  - (i) não for executado o objeto pactuado;
  - (ii) não forem apresentadas, nos prazos exigidos, os demonstrativos financeiros e/ou de execução física;
  - (iii) os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Contrato.
- i) afixar, destacadamente, em lugar visível de seu estabelecimento e em todos os materiais de divulgação resultantes da execução do PROJETO, o apoio financeiro da **FINEP** e do **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI**, com recursos do **FNDCT**, através de placa conforme modelo, dimensão e inscrição, constantes na página da **FINEP** na internet (<http://www.finep.gov.br>), especialmente no caso de:
  - (i) seminários e eventos científicos e tecnológicos;
  - (ii) publicações técnicas e científicas em revistas especializadas;
  - (iii) relatórios técnicos e resumos publicados ou divulgados em qualquer meio, inclusive magnético ou eletrônico.

- j) inserir *banner* virtual da **FINEP** na sua página de Internet, se houver, bem como fixar sinalização destacando a colaboração financeira da **FINEP** em lugar visível do local da realização do projeto, conforme modelo indicados no Portal da **FINEP**: <http://www.finep.gov.br>. O *banner* virtual deverá possuir link que direcione ao referido Portal da **FINEP**;
- k) responder a qualquer solicitação de informação que a **FINEP** lhe fizer, por carta, no prazo de até 30 (trinta) dias contados dessa solicitação, sobre o andamento dos trabalhos ou o resultado do PROJETO, independentemente da fiscalização a ser exercida pela **FINEP**;
- l) assegurar à **FINEP** os mais amplos poderes de fiscalização referentes à execução do presente CONTRATO, tanto em relação à aplicação dos recursos da subvenção econômica, quanto em relação à aplicação dos recursos de contrapartida;
- m) assegurar à **FINEP** todas as facilidades e acessos necessários à realização de estudos sobre sua situação jurídica, técnica, econômica e financeira, inclusive, a critério da **FINEP**, de serviços de auditoria;
- n) participar dos custos de elaboração do PROJETO com as quantias adicionais que se fizerem necessárias a sua conclusão;
- o) manter a sua sede e administração no País;
- p) cumprir o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência deste Contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo projeto financiado;
- q) assegurar aos órgãos de controle o acesso à aplicação dos recursos de subvenção econômica e de sua contrapartida no âmbito do seu poder de fiscalização;
- r) não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes deste CONTRATO.

#### **CLÁUSULA OITAVA** **AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**

1. A aquisição de bens e serviços, no mercado nacional ou no mercado externo (importação), vinculados ao PROJETO, deverá ser feita pela **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO** com estrita observância da legislação vigente, respeitados os princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade, buscando a proposta mais vantajosa para a **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**.

2. É vedada a realização de despesas de capital, como, por exemplo, a aquisição de equipamentos e material permanente.

3. Não serão reconhecidas despesas com contrato de arrendamento mercantil (*leasing*).

3.1. As despesas com o contrato de arrendamento mercantil operacional – regulamentado pelo artigo 6º, da Resolução nº 2.309/1996, do Banco Central do Brasil, alterado pela Resolução BACEN nº 2.465/1996 – poderão ser custeadas com os recursos de subvenção econômica, contudo, fica proibida a utilização desses recursos para a aquisição do bem ao final do contrato, caso a empresa exerça a opção de compra do bem objeto de arrendamento mercantil operacional.

#### **CLÁUSULA NONA** **RELATÓRIO TÉCNICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

1. Os relatórios técnicos e as demonstrações financeiras deverão ser apresentados à **FINEP**,

observando-se as Cláusulas CONDIÇÕES DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS e PRAZOS, nos termos do roteiro fornecido pela **FINEP**, composto de:

- a) relatório de execução física do projeto;
- b) demonstrativo da execução da receita e despesa evidenciando os recursos recebidos a título de transferência, de contrapartida e dos rendimentos auferidos com a aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, bem como os saldos respectivos;
- c) relação de pagamentos efetuados, identificando o fato gerador da despesa, seu valor e o número da respectiva nota fiscal ou documento similar.

2. Para fins de divulgação externa, a **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO** se obriga a apresentar, juntamente com o relatório mencionado no item anterior, um resumo, de até 200 palavras, contendo informações relativas aos resultados alcançados pelo PROJETO, no qual deverão ser destacadas até 6 (seis) palavras-chave que melhor caracterizem o conteúdo desses resultados.

3. As obrigações assumidas no presente Contrato somente serão consideradas cumpridas após a aprovação pela **FINEP** do relatório técnico final e da demonstração financeira final.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

Quando os resultados alcançados pelo PROJETO ensejarem proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual e caso faça parte da estratégia de mercado da **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO** obter tal proteção, deverão ser levados a registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI ou em outro órgão competente para a proteção da propriedade intelectual no Brasil, e a **FINEP** deverá ser informada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA CONDIÇÕES GERAIS**

1. É vedado o aditamento deste Contrato com o intuito de alterar seu objeto, entendida como tal a modificação, ainda que parcial, da finalidade definida no PROJETO.

2. Excepcionalmente, a **FINEP** poderá admitir, a pedido da **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**, a reformulação do PLANO DE TRABALHO, quando se tratar apenas de alteração da programação de execução do Contrato.

3. A **FINEP** poderá delegar formalmente o acompanhamento da execução do Contrato.

4. A **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO** reconhece a autoridade normativa da **FINEP** para exercer o controle e a fiscalização sobre a execução do PROJETO, reorientar ações e acatar, ou não, justificativas com relação às eventuais disfunções havidas na sua execução.

5. Não será aceito pela **FINEP** pagamento por serviços de consultoria ou assessoria técnica, bem como de diárias e passagens, feito a militar, servidor ou empregado público, integrante do quadro de pessoal da Administração Pública Direta ou Indireta, salvo se permitido por legislação específica.

6. As despesas realizadas com recursos de subvenção econômica e as realizadas a título de contrapartida somente serão reconhecidas a partir da assinatura do presente Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** **SUSPENSÃO DOS DESEMBOLSOS DOS RECURSOS**

Sem prejuízo da denúncia ou rescisão do presente Contrato, a FINEP poderá suspender os desembolsos dos recursos nas seguintes hipóteses:

a) aplicação dos recursos do financiamento em fins diversos do pactuado ou em desacordo com o PLANO DE TRABALHO;

b) inexatidão nas informações prestadas à **FINEP** pela **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**, objetivando a obtenção desta subvenção econômica ou durante a execução deste Contrato;

c) paralisação do PROJETO;

d) outras circunstâncias que, a juízo da **FINEP**, tornem inseguro ou impossível o cumprimento, pela **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**, das obrigações assumidas no presente Contrato ou a realização dos objetivos para os quais foi concedido a subvenção econômica;

e) inadimplemento, por parte da **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**, de qualquer obrigação assumida neste Contrato;

f) na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial, falência decretada ou protesto de título cambial em relação à **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**, ressalvada a hipótese de protesto indevido, devidamente justificado.

**Parágrafo único.** A **FINEP** poderá nas hipóteses descritas nesta Cláusula, alternativamente ou em conjunto com a suspensão dos desembolsos dos recursos, fixar condicionantes de ordem técnica-operacional, jurídica ou financeira, que deverão ser cumpridas dentro de prazo a ser estabelecido, sob pena de aplicação do disposto nas Cláusulas Décima Terceira e Décima Quinta.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** **TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

1. Será instaurada Tomada de Contas Especial pelo ordenador de despesas da **FINEP** ou, na sua omissão, por determinação do Controle Interno ou do Tribunal de Contas da União, para identificação dos responsáveis e quantificação do dano, quando ocorrer o seguinte:

a) não apresentação de relatório técnico e de demonstrações financeiras no prazo de até 30 (trinta) dias da notificação que lhe for encaminhada pela **FINEP**;

b) não aprovação de relatório técnico e de demonstrações financeiras, em decorrência de:

- não execução do objeto pactuado;
- atingimento parcial dos objetivos avençados;
- desvio de finalidade;
- impugnação de despesas;
- não aporte dos recursos de contrapartida;
- não aplicação de rendimentos de aplicações financeiras no objeto pactuado.

c) ocorrência de qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.

2. A Tomada de Contas Especial será procedida pelo órgão encarregado da contabilidade

analítica da **FINEP**.

**3.** A não-execução do PROJETO pactuado, ou sua execução parcial, decorrente de insucesso técnico devidamente justificado e aprovado pela **FINEP** não ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA PUBLICAÇÃO**

A eficácia deste Contrato e de seus eventuais aditivos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pela **FINEP** até 30 dias contados da assinatura deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA RESCISÃO**

Este Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, em caso de infringência de quaisquer de seus dispositivos, imputando-se às partes a responsabilidade pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido e creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS**

Aplica-se ao presente instrumento a Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, o Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005 e demais atos normativos pertinentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS**

O atraso ou abstenção, pela **FINEP** do exercício de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em decorrência da lei ou do presente Contrato, ou a eventual concordância com atrasos no cumprimento das obrigações assumidas pela **BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO**, não implicarão qualquer novação, não podendo ser interpretados como renúncia a tais direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos, a qualquer tempo, a critério exclusivo da **FINEP**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA VIGÊNCIA**

**1.** O prazo de vigência deste contrato é de **48** (quarenta e oito) meses contados da data de assinatura deste CONTRATO.

**1.1.** O prazo de vigência poderá ser prorrogado por, no máximo, mais 12 (doze) meses, desde que se mostre necessário. Qualquer eventual prorrogação será comunicada pela **FINEP** à(s) **BENEFICIÁRIA(S) DA SUBVENÇÃO** por meio de carta aditiva.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA FORO DO CONTRATO

As partes elegem o foro da Cidade do Rio de Janeiro para solução de qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato, ressalvado à **FINEP** o direito de optar pelo foro de sua sede.

As folhas deste Contrato são rubricadas por Nome, inscrita(o) na OAB/RJ sob nº 000000, advogada(o) da **FINEP**, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em X (\_\_\_\_) vias de igual teor e forma para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro,

**Pela FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP:**

\_\_\_\_\_

**Pela BENEFICIÁRIA DA SUBVENÇÃO:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF: